

## O PARADIGMA DO DOM

---

*José Loinir Flach e Luiz Carlos Susin<sup>1</sup>*

### **Resumo**

A graça de Deus como característica da salvação cristã pode ser melhor compreendida em analogia e continuidade com a graça ou o dom que circula entre os seres humanos. A experiência humana como lugar de experiência da graça é, inclusive, uma necessidade metodológica para compreensão teológica. O estudo antropológico sobre as formas de dom e o estabelecimento do paradigma do dom permitem compreender a graça de Deus circulando nas relações humanas. Marcel Mauss e o Movimento Anti-Utilitarista em Ciências Sociais, com os exemplos trazidos à luz nas culturas tradicionais e no cotidiano moderno, ilustram essa relação entre a graça divina e o dom entre grupos e pessoas humanas.

### **Abstract**

*We understand better God's grace as a characteristic of the Christian salvation, when we compare it with the grace or the gift passing from person to person in human societies. The human experience as a locus of experience of the grace is a methodological necessity for theological understanding. The anthropological study about the manners of gift and the institution of the paradigm of the gift make easier the understanding of God's grace pervading the human relations. Marcel Mauss and the antiutilitarian movement in social sciences by means of the examples of traditional cultures and our daily life illustrate this relation between the divine grace and the gift among groups and human persons.*

---

<sup>1</sup> O presente artigo é resultado parcial da Iniciação à Pesquisa Programa Institucional de Iniciação Científica do CNPq (PIBIC), sob orientação do Prof. Dr. Frei Luiz Carlos Susin, doutor em Teologia, professor da FATEO – PUCRS.

A existência da pessoa humana é constituída de inúmeras e variadas experiências. O local, o espaço em que a experiência se estrutura, é a história de cada pessoa e as relações que estabelece. A experiência da graça, do dom ou da dádiva, nos tempos modernos, foi muitas vezes manipulada, segundo o modelo de verdade matemática e das ciências exatas. Dessa forma, a salvação realiza-se num conjunto de tecnologias e produtos de consumo, e o Estado como estrutura de serviço coletivo. Segundo essa concepção, fora da conjunção mercado-Estado e fora da auto-realização da individualidade, não há salvação.

A partir dessas conclusões, Marcel Mauss constata haver sociedades tradicionais que contestam a supremacia soteriológica, tanto do mercado e da auto-realização narcisista da individualidade como também do coletivismo estatal. Na trilha de Marcel Mauss, surgiu o Movimento Anti-Utilitarista em Ciências Sociais (M.A.U.S.S.), que continua as investigações do terceiro paradigma, o paradigma do dom ou da dádiva. A investigação do paradigma do dom, nas ciências sociais, é um esforço e uma chance de entroncarmos a teologia da graça com a antropologia do dom, reconhecendo nessa antropologia um *locus theologicus*, um lugar onde a experiência da salvação, por graça, verdadeiramente acontece e revela sua verdade por si mesma.

Para Marcel Mauss, a vida social e nas relações que estabelecemos, há um constante dar, receber e retribuir. E a dádiva, o dom, ainda subsistem na sociedade moderna? Para Jacques Godbout, foi a sociedade moderna que construiu o mito de que a dádiva não mais existe entre as pessoas: seria um ato absolutamente sincrônico, fechado em si mesmo, sem nenhuma significação exterior e que, portanto, não estabeleceria nenhum laço social. Seria, ora um adorável e romântico mito, ora um velado ato de egoísmo.

Há uma dialética inerente à dádiva que cria a sociabilidade. O dom vincula as pessoas com as coisas. Ou nas relações que criamos, nós nos vinculamos ao outro. É o que cimenta a vida

em sociedade, é o que cria o laço social, o vínculo, é o que funda a sociedade como fato social total. Ao receber alguém, estou me fazendo anfitrião, mas também crio, teórica e conceitualmente, a possibilidade de vir a ser hóspede deste que hoje é meu hóspede. A mesma troca, que me faz anfitrião, faz-me também um hóspede potencial. Dessa forma, ser anfitrião designa aquele que recebe e aquele que é recebido. Isso ocorre, porque dar e receber implicam não só uma troca material – pois, quando recebo alguém, ofereço alguma coisa, dou-lhe alguma coisa – mas uma troca espiritual, uma comunicação entre almas. É nesse sentido que a antropologia de Marcel Mauss é uma sociologia do símbolo, da comunicação. Ao dar, dou sempre algo de mim mesmo. Ao aceitar, o receptor aceita algo do doador. Ele deixa, ainda que momentaneamente, de ser um outro; a dádiva aproxima-os, torna-os semelhantes pela troca de dons, que vincula sujeitos, enquanto sujeitos, por meio de objetos. Assim, as coisas têm uma personalidade, têm força, têm um ser, uma alma. A idéia é que as coisas que criam vínculos espirituais mostram na verdade a força das coisas. E é essa a essência do paradigma do dom: criar vínculo, estabelecer uma rede de relações, estabelecer o endividamento mútuo, criar a aliança, um pacto de confiança, com o outro e com o Transcendente. A propósito: quando Deus sai de si, não é para criar uma aliança, um pacto, uma relação, um vínculo com os seres humanos?

Assim, iremos abordar a graça e a experiência humana. Focaremos algumas experiências, de ordem antropológica, em que se podem constatar a graça, a linguagem da graça e do dom. Trata-se de uma fenomenologia da graça. Proporemos agir a partir do paradigma do dom e não do mercado e do Estado, que são modelos insuficientes para entendermos o surgimento do vínculo social. Por fim, analisaremos como o paradigma do dom se vincula em movimentos sociais, como: economia solidária, na Pastoral da Criança e no Grupo Alcoólicos Anônimos que são como que extensões do dom, da dádiva.

Nesse sentido, a busca da salvação, em termos modernos, pode ser traduzida por busca de vida dotada de sentido e de realização humana. Na experiência cristã, trata-se da salvação por graça e fé. Dessa forma, o texto enquadra-se no marco da antropologia teológica, onde costuma ser situada, de forma moderna, a teologia da salvação por graça, indicando que a antropologia, portanto, a experiência humana é o lugar de verificação e apreciação da doutrina sobre a graça e da revelação de Deus que salva por dom de si.

### **1 Graça e experiência humana**

A experiência da graça, a busca da salvação, em termos modernos, pode ser traduzida por busca de vida dotada de sentido e de realização humana. A experiência é o lugar de verificação da doutrina da salvação por graça e fé. O primeiro fruto da graça, o primeiro sinal da salvação, por graça, é a fé. A fé que crê e fé naquilo em que se crê. A teologia como ciência é a expressão de uma experiência de fé. Como hoje se faz a experiência pela fé de sentir-se salvo?

Podemos dizer que a lógica do dom não tem medida. A graça é o excesso que sempre rompe a relação de causa-efeito. É sem medida. É Deus que nos amou e ama por primeiro, sem que o tivéssemos merecido. Deus nos ama com amor incondicional: “Mesmo que os montes se retirem e as colinas vacilem, meu amor nunca se afastará de você, minha aliança de paz não vacilará, diz Javé, que se compadece de você”<sup>2</sup>. Não impõe nenhuma condição para manifestar o seu amor. Ama-nos, apesar de nossos pecados, vícios, defeitos, infidelidades, e aceita o nosso amor. “Quanto a nós, amemos, porque ele nos amou primeiro”<sup>3</sup>. É Deus que toma a iniciativa de nos amar. Ele quer que experimen-

---

<sup>2</sup> Cf. *Is* 54,10.

<sup>3</sup> Cf. *IJo* 4,19

temos o seu amor e nos deixemos conduzir por Ele. Porque Deus é amor, Ele nos impulsiona ao amor, pois, ao nos amar, nos sentimos amados, e o amor desperta em nós o desejo de retribuir esse amor. A plenitude desse amor é relatada em João: “Deus tanto amou o mundo que deu o seu Filho único”<sup>4</sup>.

Quando falamos em mérito, logo pensamos em medida, em cálculo, em parâmetros. Dizemos que quem ganha precisa merecer ganhar ou ao menos “a cada um o que é seu”. Estabelece-se um critério de relacionamento, uma medida entre a obra que se faz e o que se merece. Falando em Deus, não há como estabelecer um critério, uma norma de mérito entre nós e o que Ele faz. A graça divina é superabundante, é extrapolação<sup>5</sup>, ela não tem medida, ela é o excesso para o momento<sup>6</sup>. Ela não é por mérito. E, se fosse, quem a mereceria?<sup>7</sup> “Onde foi grande o pecado, foi bem maior a graça”<sup>8</sup>. Assim, “Deus não quer ‘cobrar’ nada: unicamente quer *dar*. E dá nada menos que seu Filho, que se torna um de nós”<sup>9</sup>. Diante de Deus não podemos medir dignidade. Quando Deus nos dá, nos torna dignos. Ele cria justiça onde ela não existe.

A teologia da graça parte da experiência da graça que se dá nos dois âmbitos que são a cultura e a historicidade humana.

---

<sup>4</sup> Cf. Jo 3, 16.

<sup>5</sup> A graça é relação, é êxodo, é comunhão, é diálogo, é abertura, é saída, é história de duas liberdades e encruzilhada de dois amores. Porém, graça é mais do que o tempo, mais do que a pessoa, mais do que a história. É sempre o *mais* que acontece, na gratuidade inesperada (cf. Boff, L. *Graça e experiência humana*, p. 16).

<sup>6</sup> Boff, *op. cit.*, p.15-16.

<sup>7</sup> “Igualmente claro aparece o infantilismo das concepções do céu como um “prêmio”: aqui trabalho, sofrimento, acumulo méritos... para que depois me dêem a paga daquilo que ganhei. (E paralelamente infantil é a concepção do inferno como “castigo” pelos deméritos aqui contraídos)” (QUEIRUGA, A. *Recuperar a salvação*, p.219).

<sup>8</sup> Cf. 1Cor 5,20.

<sup>9</sup> QUEIRUGA, *op. cit.*, p. 172.

O ser humano é um ser cultural e histórico. A experiência da graça passa necessariamente pela cultura. Que experiência da graça o ser humano faz no mercado e no Estado? Que significa graça dentro de uma opção cultural e de um certo tipo de convivência humana, como, por exemplo, a sociedade capitalista? Qual a experiência da graça que atualmente se faz, nas grandes cidades, no trabalho, nas organizações, nas associações, na política, na economia, no desenvolvimento científico-técnico? Enfim, qual a experiência da graça na dimensão social? Que experiências da graça fazem os excluídos, os marginalizados? Que experiência da graça faz a pequena porção de privilegiados? Há espaço para a experiência da graça, num mundo extremamente utilitarista? Sem dúvida, é preciso vencer toda estrutura que se fecha sobre si e que se constitui como princípio único e totalizante da experiência.

Quando experimentamos a graça em nossa vida, constatamos que, às vezes, somos agraciados e não retribuimos. Outra vez, queremos experimentar mais de perto o agraciamento para estabelecer uma relação mais próxima com Deus e passamos por um momento de aridez na fé. A comunhão com Deus, com a sua graça, vai nos mostrando na prática o tipo de relações que estabelecemos. Não é por mérito que nos salvamos; porém, Deus não age sem a participação humana na graça divina. É a experiência do círculo dar-receber-retribuir. Quanto mais me ponho em relação, mais me comprometo, mais selo a aliança e a paz. Ao mesmo tempo, mais eu amo e mais se fortifica o vínculo estabelecido. Cria-se, assim, um jogo, um círculo onde o dom se desenvolve, onde as partes estabelecem uma aliança, um vínculo, e agem interessada e desinteressadamente, livre e obrigatoriamente, através do círculo dar-receber-retribuir. Entra-se na lógica do dom, do paradigma da dádiva, onde se age sob os quatro móveis da ação do dom<sup>10</sup> e da tríplice relação de dar-receber-retribuir.

---

<sup>10</sup> Interessado e desinteressado, livre e obrigatório.

## 2 O paradigma do dom

Desde Marcel Mauss e, sobretudo, nos últimos vinte anos, o Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais investiga e procura demonstrar que há um terceiro paradigma, o paradigma do dom ou da dádiva, que não é hibridização dos anteriores. Pelo contrário, lhes é anterior e mais extenso e profundo, sendo esse terceiro paradigma o que permite que os anteriores funcionem a contento. Apenas para lembrar: o primeiro paradigma seria o mercado, com o seu acento na individualidade; o segundo é o Estado, com a sua coletividade.

Há, portanto, sociedades tradicionais que, mesmo sendo bolsões, “povos-testemunhas”, contestam a supremacia soteriológica, tanto do mercado e da auto-realização narcisista da individualidade como também do coletivismo estatal. É o que Alain Caillé, com o Movimento Anti-Utilitarista em Ciências Sociais (M.A.U.S.S.), na trilha de Marcel Mauss, chama de “terceiro paradigma”, o paradigma do “dom” ou da “dádiva”. O dom, segundo essas investigações, constitui a forma de laços sociais, de relações, tanto simples como complexas, que estruturam a base de muitas sociedades.

O resgate da obra de Marcel Mauss iniciou-se a partir dos anos oitenta, quando houve a iniciativa da fundação do grupo de intelectuais reunidos em torno da *Revue du MAUSS* (Revista do Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais), dando ao nome Mauss dois sentidos: um em homenagem àquele sociólogo, que é um dos fundadores da Escola Sociológica Francesa, e, também, a afirmação de uma posição anti-utilitarista, no momento em que a axiomática do interesse conhecia sua forte expansão, abrindo espaço para a hegemonia do neoliberalismo em nível global, nas duas últimas décadas do século XX.

O paradigma do dom é o denominador comum que une todos os autores, estudantes e militantes ligados ao movimento.

Segundo Mauss, nas sociedades primitivas, a regra fundamental não repousa sobre contratos, mas sobre três obrigações complementares: dar, receber e retribuir. Trocamos por muitas outras razões que ultrapassam os interesses materiais, calculistas, e trocamos, inclusive, por razões simbólicas.

Segundo esse pensamento, o ser humano não deve ser considerado como um *homo oeconomicus*, isto é, ser reduzido à tentativa de explicar o comportamento através do mercado. Essa forma de pensamento esquece o ser humano no conjunto das relações e atividades sociais, na relação entre amigos, no amor ou no crime, na religião. O homem compraria o que lhe apetece e venderia aquilo que não tem necessidade<sup>11</sup>. Nessa visão, as relações sociais do dom seriam reduzidas a relações de troca e venda. Porém, o ser humano deve ser considerado em todo seu conjunto de relações sociais. Afirma Godbout que há uma lei fundamental que organiza todas as sociedades. Essa lei, segundo ele, opera de acordo com a idéia de reciprocidade, sem sentido mercantil, mas como troca generalizada que envolve seres sociais: quando alguém recebe, contrai-se imediatamente uma dívida de relação social com o outro. Por isso, em sua abordagem, o mundo moderno não pôde materializar tudo, pois há sempre um campo de significação onde o motor da vida social é justamente estar-se em relação. Esse campo é o reduto da dádiva<sup>12</sup>.

## 2.1 A insuficiência dos modelos “Mercado” e “Estado”

Os paradigmas do Mercado (individualismo) e do Estado (coletivismo) se mostram incapazes de pensar o surgimento e o porquê da formação do vínculo social e da aliança, uma vez que

---

<sup>11</sup> Cf. OLIVEIRA, R. C. de (Org.), *Marcel Mauss: antropologia*, p. 30.

<sup>12</sup> Godbout afirma que, no mercado e no Estado, está presente o invisível sistema da dádiva. Porém, “a dádiva constitui o sistema das relações propriamente sociais, na medida em que estas são irredutíveis às relações de interesse econômico ou de poder” (GODBOUT, J. *O espírito da dádiva*, p. 22).



não são regidos pela lógica do dom. Neles não há espaço para o dom. Porém, o dom não desapareceu por completo, pois, onde há relações, utiliza-se ainda o presente. O presente, mesmo que simbólico, é o ponto de partida para as negociações mercantis.

É preciso ter um mínimo de confiança para oferecer um presente. Quando se constata que a dádiva foi retribuída (...), então é possível prosseguir os intercâmbios comerciais<sup>13</sup>.

O presente, assim, é o ato que cria o vínculo, a confiança, a possibilidade de aliança de duas nações para estabelecerem trocas mercantis.

Para o individualismo, é difícil estabelecer uma relação de aliança, pois se requer confiança uns nos outros. O dom necessita da confiança. Para Marcel Mauss, não há meio termo: é confiar ou desconfiar totalmente do outro. Jacques T. Godbout chamará isso de endividamento mútuo positivo<sup>14</sup>, isto é, quando a razão confia no outro. A impressão que isso causa aos aliados, aos que fazem o pacto, é a sensação de receber mais do que se dá; no entanto, todos saem ganhando. Esta aposta do dom, na aliança e na confiança, foi o tipo de relações que fizeram as sociedades arcaicas. Uma aposta na aliança, onde os rivais se aliam, inimigos se unem na confiança.

Em oposição ao modelo individualista, da razão instrumental e do interesse, surge o holismo<sup>15</sup>. De maneira ampla, o holismo designa todas as teorias que partem da sociedade e não

---

<sup>13</sup> Cf. GODBOUT, *op. cit.*, p. 176.

<sup>14</sup> Cf. CAILLÉ, A. *Antropologia do dom*, p. 80. Alain Caillé desenvolve o endividamento, mostrando que “cada cônjuge, nos casais que dão certo, se sente mais endividado que o outro”.

<sup>15</sup> O holismo atualmente é uma teoria muito desenvolvida. Há várias formas de ação e de concebê-lo. Por isso, o holismo, hoje, é uma teoria muito rica e complexa.

tanto do indivíduo. Esse movimento tenta quebrar o isolamento do indivíduo e situá-lo no contexto de suas relações sociais. Para o holismo, a gênese do vínculo social é algo que “se acha sempre aí e que preexiste ontologicamente à ação dos sujeitos sociais”<sup>16</sup>.

O dom não corresponde ao modelo mercantil, e a sua característica essencial não é a equivalência, pois, se fizéssemos dádivas, seria por mero interesse de receber de volta. O dom também não poderá ser reduzido ao holismo, pois faríamos dádivas, não por interesse, mas porque interiorizamos normas que nos impelem a fazer dádivas<sup>17</sup>. O sistema do dom não se reduz ao mercado justamente por situar-se do lado oposto ao sistema mercantil. Enquanto o que caracteriza o mercado é a transação pontual, sem dúvida, no sistema do dom, a dívida é mantida voluntariamente. Aliás, é uma tendência essencial da dádiva os parceiros se encontrarem num estado de dívida, seja ele positivo ou negativo.

O Estado tenta assumir as trocas de dádiva deixadas de lado pelo mercado. Assumirá um conjunto de relações de serviço entre as pessoas (serviço às crianças, aos idosos, aos doentes...), não gratuitamente, mas através da máquina estatal e seus profissionais e empregados. Ou seja, pagamos a certo número de indivíduos para trabalhar em serviços que outrora eram feitos gratuitamente. A questão-chave de tudo isso é que ninguém cria compromisso com o outro, ninguém corre risco de se afeiçoar à pessoa a quem se presta serviço e não se corre risco de estabelecer um vínculo afetivo. Ao contrário, o objetivo do Estado é libertar-se dos vínculos sociais<sup>18</sup>.

As relações de mercado e Estado nos libertam da relação do dom e submetem-nos à lei da produção de bens e à produção de serviços, para libertar-nos de qualquer vínculo social e para

---

<sup>16</sup> CAILLÉ, *op. cit.*, p. 15.

<sup>17</sup> Cf. MARTINS, P. H. *A dádiva entre os modernos*, p. 73.

<sup>18</sup> Cf. GODBOUT, *op. cit.*, p. 186.

termos mais dinheiro com a venda e o consumo. O pensamento que vigora é que, quanto mais rico e mais dinheiro eu tiver, mais livre de qualquer vínculo estarei.

Marcel Mauss não quer a abolição do mercado ou do Estado (o que hoje é um processo irreversível), mas o pensou na re-inserção em uma ordem social e política que sintonize com o senso comum. Aliás, o dom não vem substituir o mercado e o Estado como modelo econômico e político. Apenas afirma que fazem parte do registro do dom. Não existe um modelo econômico do dom, apenas existe o paradigma do dom. O paradigma do dom é “o primeiro, o mais belo, o mais bem-sucedido, o mais forte e o mais rico, eis o que todo o mundo procura e como obtê-lo”<sup>19</sup>. O paradigma do dom é apresentado como aquele elemento que se fez presente, sob diversas formas, desde o início das relações sociais humanas. É algo que sempre esteve presente nas diferentes atividades humanas.

No entanto, o dom não é um sistema econômico, mas um sistema social de relações entre pessoas<sup>20</sup>. Segundo os economistas François Perroux (1963) e Serge Christopole Kolm (1984), é possível distinguir três sistemas econômicos: “o mercado, regido pelo interesse; o da planificação, regido pela sujeição; e o da dádiva”<sup>21</sup>. A dádiva constitui-se em fundamento dos dois primeiros. Ela é irredutível às relações de interesse econômico, pois ela própria é formadora do sistema social, das relações sociais, das relações interpessoais.

Pois a dádiva serve, antes, de mais nada, para estabelecer relações. E uma relação sem esperança de retorno, uma relação de sentido único, gratuita, nesse sentido, e sem motivo, não seria uma relação<sup>22</sup>.

---

<sup>19</sup> CAILLÉ, A. *Sociologia e antropologia*, p. 72.

<sup>20</sup> GODBOUT, *op. cit.*, p. 24.

<sup>21</sup> *Idem*, p. 24.

<sup>22</sup> *Idem*, p. 16.

O dom obriga a sair desses dois paradigmas. Mesmo que o sistema mercantil monetarize as relações; mesmo que as organizações racionalizem e não nos libertem das obrigações, há “lugares onde as coisas continuam a ter uma alma e a viver a serviço dos vínculos sociais”<sup>23</sup>.

## 2.2 O dom a serviço do vínculo social

Por quais razões fazemos dádivas, se é tão improvável que sejamos retribuídos? O que é o vínculo social? Para que serve o dom? Falando em termos mais exatos, científicos, qual é a sua utilidade? Alvin Gouldner diz haver uma norma de reciprocidade que surge a partir do estabelecimento de um vínculo social. Por conseguinte, o vínculo social surge, quando a relação alcança uma identidade em relação a outrem. Portanto, é em busca da identidade que as pessoas se relacionam. Para que haja o vínculo, é preciso uma relação de troca simbólica que permita a troca-para-o-vínculo<sup>24</sup>.

O dom cria o vínculo e estabelece relação com o outro, de forma única. Cria-se uma aliança onde os indivíduos são únicos uns para os outros, ao passo que, no mercado e Estado, o outro se torna alguém desconhecido. Alain Caillé chama o paradigma do dom como o paradigma do simbolismo e do político<sup>25</sup>. Ora, o dom visa *criar laços*, criar sociedade. São para fazer “alianças”, onde as palavras e as coisas simbolizam o *dom de si!* E o laço deve ser livre!

O que é visado pela ação da dádiva não é a coisa dada, mas que esta não passa de uma espécie de mal menor, de recurso fortuito para visar outra coi-

---

<sup>23</sup> *Idem*, p. 193.

<sup>24</sup> MARTINS, *op. cit.*, p. 145.

<sup>25</sup> CAILLÉ, A. *Antropologia do dom*, p. 147.

sa e que é, precisamente, o estabelecimento, a manutenção, o reconforto de um vínculo ou de uma síntese social<sup>26</sup>.

Na lógica do dom, da dádiva, os bens circulam a serviço dos vínculos. O mais importante em dar um presente é o vínculo que se cria a partir dele. A dádiva é uma operação a serviço do vínculo. O “valor de vínculo” pode ser um objeto, um serviço, um gesto qualquer, que serve para o fortalecimento dos vínculos. Para Jacques Godbout, o valor de vínculo tem mais importância que o “valor de uso” e o “valor de troca”. Aliás, o valor de vínculo não é explicável a partir do cálculo.

E, em relação aos presentes, o que eles representam, significam e querem dizer? Os presentes que damos e recebemos estão a serviço dos vínculos sociais. Aceitar os presentes significa reconhecer o que esses presentes querem nos dizer e o que está implícito. A quem muito me é e significo, eu dou um presente. No fundo, é uma busca de relação pessoal, social. Em decorrência disso, pode-se afirmar que o dom (dádiva) é um símbolo. Aceitar o dom, o presente, é aceitar a relação, o vínculo que ele traz às pessoas; e relacionar-se com o outro mostra que o dom ultrapassa as fronteiras economicistas e individualistas. É aceitar o dom como um símbolo que gera relações entre as pessoas, que cria vínculos afetivos de solidariedade.

Nesse sentido, vale a pena refletir sobre o nosso vínculo com Deus-criador, ou se quisermos, pensar na graça e como ela age e nos presenteia. O primeiro dom que recebemos de Deus é a vida. Bem sabemos que somos escolhidos ou os vencedores dentre milhões de outras possibilidades. Isso desperta em nós o sentimento de agraciamento e, conseqüentemente, a gratidão e a retribuição de tal dom. E é isso que Deus quer de nós: que respeitemos a vida, os outros agraciados, e entrar em relação com o ou-

---

<sup>26</sup> MARTINS, *op. cit.*, p. 145.

tro, fazer uma aliança, estabelecer um relacionamento, estabelecer o vínculo que se mantém dessa dádiva inicial e que é renovada com a ação constante da experiência da graça de Deus.

A rede e o vínculo são formados pelo conjunto de pessoas que mantêm relações de amizade ou de camaradagem. A rede gera cadeias de relações de fidelidade e confiança, o que é indissociável ao dom. Entrar no jogo do dom, nos presentes dados e recebidos, é aceitar comprometer-se. O sistema da dádiva estabelece entre o doador e o donatário uma ligação muito forte. “O donatário torna-se dependente do doador. A dádiva, a coisa dada, cria um vínculo bilateral e irrevogável, sobretudo quando é uma dádiva de alimento”<sup>27</sup>. Assim, cada um depende do outro, e as coisas não são encaradas como indiferentes.

Mas é normal e lógico que o serviço “gracioso” (ou gratuito) provoque como retorno o “reconhecimento” da graça, que reconhece o “favor”. O “favor”, ao provocar “reconhecimento”, faz com que surjam sentimentos recíprocos e estes provoquem atitudes, condutas. Há, portanto, reciprocidade e retorno – graça com graça se paga, inclusive, e, sobretudo, na ordem política.

Quando damos, não damos para recebermos, mas deixamos livre o outro para que dê o que quiser, quando quiser e se quiser. “Assim, os homens dão testemunho uns aos outros de que eles não são coisas”<sup>28</sup>. Georg Simmel diz que a dádiva é a base sem a qual nenhuma sociedade poderia se constituir. A dádiva, diz ele, é uma ação mútua entre doador e donatário, “é uma troca que visa, não só o estabelecimento, mas a manutenção da relação social”<sup>29</sup>. Pois, se damos e se retribuímos, o outro será um amigo e não um estrangeiro.

Nesse sentido, a Pastoral da Criança, a Economia Solidária e os Alcoólicos Anônimos, bem como outros grupos, funda-

---

<sup>27</sup> MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva*, p. 164.

<sup>28</sup> MARTINS, *op. cit.*, p. 153.

<sup>29</sup> *Idem*, p. 155.

mentam-se no princípio da dádiva, do dom, do político ou do símbolo. O espírito da dádiva gera, edifica uma sociedade solidária<sup>30</sup>. Gera uma rede de relações interpessoais, fundamentadas no auxílio mútuo e cimentadas pela dádiva.

### 3 O dom e sua tríplice obrigação

A análise maussiana parte da universalidade, tanto em sociedades arcaicas como nas modernas, da constatação do dom como fato social que se desenvolve a partir da tríplice obrigação de dar, receber e retribuir. Há algo que sempre existiu, é o ‘fenômeno social total’ que Mauss chama a tríplice obrigação de dar, receber e retribuir<sup>31</sup>.

#### 3.1 Quatro móveis da ação do dom

No coração do terceiro paradigma, está inscrita a teoria multidimensional da ação. Os quatro móveis, pólos, assim chamados, nos dão uma idéia em que se fundamenta a incondicionalidade do paradigma do dom. A primeira fonte da incondicionalidade é a obrigação. A segunda fonte da incondicionalidade é a espontaneidade. As coisas, as relações que alguém cria só podem ser espontâneas e sem obrigação. A terceira fonte é o pólo do interesse próprio; o último é o altruísmo, a doação, a pura gratuidade, o desinteresse pelas coisas, pelo vínculo, para com a relação estabelecida.

O dom é necessariamente e “indissociavelmente livre e obrigatório, de um lado, interessado e desinteressado, por outro lado”<sup>32</sup>. O dom se move e fundamenta-se mediante esses paradoxos. Pode-se dizer que o dom obrigatório não ganharia sentido,

---

<sup>30</sup> GODBOUT, *op. cit.*, p. 20.

<sup>31</sup> CAILLÉ, A. *Antropologia do dom*, p. 143.

<sup>32</sup> *Idem*, p. 59.

se não fosse expressado por uma certa espontaneidade. Da mesma forma, a gratuidade desinteressada move-se por um certo interesse.

O caráter voluntário e paradoxal, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito, e, todavia, forçado e interessado, nos faz questionar: que força existe na coisa que se dá que faz com que o donatário a retribua? Para Alain Caillé, a tríplice obrigação de dar é uma obrigação de liberdade e de espontaneidade. Nesse sentido, a ação move-se variável e instavelmente, interessada e desinteressadamente, obrigatória e livremente. Há, portanto, quatro ações, dimensões que se entrelaçam e são irreduzíveis uma à outra<sup>33</sup>. O dom não é totalmente desinteressado. Poderíamos dizer que ele privilegia, que sua ação interessa-se pela amizade, pela aliança, pela solidariedade, pelo prazer e pela criatividade, enfim, pelo vínculo social. O dom não deve ser pensado sem o interesse ou fora dele, sem a espontaneidade e tampouco sem a obrigação. Para comprovar isto, Marcel Mauss reúne documentos comprobatórios de que, em diferentes sociedades, fenômenos sociais estão fundamentados nas regras da reciprocidade obrigatória<sup>34</sup>.

### 3.2. A universalidade da obrigação de dar, receber e retribuir

A teoria da dádiva funda-se numa obrigação social de três movimentos: dar, receber e retribuir. Quando se dá um presente a alguém, algo nesse gesto obriga aquele que recebe, não apenas aceitar, como também a retribuir o dom recebido, mesmo que de modo indireto. O dom, nos dias de hoje como nas sociedades antigas, continua sob a forma da tríplice obrigação. Ainda hoje se trocam presentes em relação a tudo e retribui-se.

---

<sup>33</sup> *Idem*, p. 144.

<sup>34</sup> Cf. OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 30.



A prestação total e do *potlatch* implica a obrigação de dar, receber e retribuir. Inclusive, o “dízimo”, na atual união de “templo, teatro e mercado”, é uma das formas de aliança, participação e reconhecimento, generosamente e sem cálculos experimentados no círculo dar, receber, retribuir. O ser humano sente a necessidade de ter dívida, de sentir-se obrigado em dar. Ao mesmo tempo que dá desinteressadamente, quer também receber algo em troca. Da mesma forma, quer quitar a dívida, porém não o consegue, pois iria acabar com a relação com o outro. Na verdade, gera-se um novo círculo, uma nova relação. Gera-se um vínculo entre o doador e o donatário. O dizimista dá algo de si, das suas lutas, do seu trabalho, do seu suor e oferece livremente, obrigado e espontaneamente, àquele que tudo lhe dá. É uma relação primeiramente de reconhecimento. Mas o reconhecimento exige a ação das duas partes, pois não há reconhecimento unilateral.

No fundo, o dizimista entra em relação, cria o vínculo que se estabelece entre a comunidade, com a Igreja e com Deus, que retribui com a sua graça. A experiência que alimenta esse vínculo é a dívida e a sensação de ganhar sempre mais do que se dá. É a graça de estar aberto aos outros. O outro sempre tem algo de bom para me dar. Mais adiante, analisaremos a Economia Solidária, Pastoral da Criança e os Alcoólicos Anônimos, que também se fundamentam na tríplice obrigação.

*A obrigação de dar é a essência do potlatch*<sup>35</sup>.

A dádiva não é uma escolha, mas uma obrigação; não é apenas um gesto, mas uma estrutura que contém e organiza seus elementos. Não se trata de uma parte, mas de um todo que inclui, tanto os homens, quanto as coisas<sup>36</sup>.

---

<sup>35</sup> MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva*, p.107.

<sup>36</sup> MARTINS, *op. cit.*, p. 162.

Camille Tarot diz que o doador dá-se ao doar, e o donatário, obrigado a receber para dar, por sua vez, dar-se-á ao retribuir o dom<sup>37</sup>. Marcel Mauss afirma que, quando alguém dá, dá a si mesmo, porque sente a obrigação de dar-se aos outros, para o seu bem<sup>38</sup>. Mauss chama isso de *poder do dom*, pois a coisa recebida não é inerte, mas exige retorno.

*A obrigação de receber* não é menos constrangedora e obrigatória. “Não se tem o direito de recusar uma dádiva, de recusar o *potlatch*”<sup>39</sup>. A princípio, toda dádiva é sempre aceita e louvada. Ao aceitarmos, nos comprometemos. “Abster-se de dar, como de receber, é faltar a um dever – como abster-se de retribuir”<sup>40</sup>. O dom faz sair de si. E em relação com o outro a nossa identidade é ameaçada e afirmada. “O perigo de recebermos é a principal razão para não fazermos dádivas”<sup>41</sup>. Pois, para recebermos algo, nos precisamos submeter ao outro e ter a humildade de dependermos do outro. Na verdade, isso choca com o pensamento moderno que busca a auto-suficiência e a autonomia.

“*A obrigação de retribuir* dignamente é imperativa”<sup>42</sup>. A obrigação de retribuir é condição necessária para a dádiva. E a dívida faz parte do jogo de entrelaçar-se, da dádiva, do endividamento mútuo que faz surgir a relação-dádiva. “O essencial das boas razões de não dar (...) reside na impossibilidade de retribuir”<sup>43</sup>. Para retribuir, supõe-se uma certa relação com o donatário. Como diz J. Godbout: o que importa no presente é que o doador demonstre saber do que o recebedor gosta. Para retribuir, devo conhecer de que o outro gosta, o que supõe, de certo modo, uma espiral, uma relação entre o doador e o donatário. No entanto, a

---

<sup>37</sup> *Idem*, p. 163.

<sup>38</sup> *Idem*, p. 163.

<sup>39</sup> MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva*, p. 109.

<sup>40</sup> *Idem*, p. 110.

<sup>41</sup> MARTINS, *op. cit.*, p. 93.

<sup>42</sup> MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva*, p. 110.

<sup>43</sup> MARTINS, *op. cit.*, p. 93.

reciprocidade não é o elemento mais importante do dom. Pois, se retribuirmos, não é para eliminarmos a dívida, também não é por puro interesse ou por vingança, mas para fortalecer o laço, a guerra ou a aliança.

### 3.3 Exemplos de dádivas primitivas

Na civilização escandinava, e em grande número de sociedades arcaicas, as trocas e os contratos fazem-se sob a forma de presentes, aparentemente livres e gratuitos e, todavia, forçados e interessados, e são prestações obrigatoriamente dadas e retribuídas. Na sociedade polinésia, o presente recebido, que é trocado, e que obriga a ser restituído, mostra que a coisa recebida e dada não é inerte. Isso gera uma circulação obrigatória das riquezas, dos tributos e das dádivas. “As coisas vendidas possuem ainda uma alma, são ainda seguidas pelo seu velho proprietário e seguem-no”<sup>44</sup>. Numerosos costumes franceses indicam a necessidade de separar a coisa vendida do vendedor; por exemplo, há rituais de bater na coisa vendida, chicotear o carneiro vendido... Tudo isso para criar a ruptura das coisas vendidas e dadas do antigo dono.

Vemos que os presentes trocados em festas, em grupos locais e na família, na Ilha do Norte (Andamans), visam produzir um sentimento amigável entre as duas pessoas em jogo. As pessoas, nessa forma de vida social, entram como que num jogo. Nesse sentido, faz jus a afirmação do Pe. Lambert: qualquer presente requer em retorno um outro presente<sup>45</sup>. Recusar-se a dar, negligenciar um convite, como recusar-se a receber, equivale a declarar guerra. É recusar a aliança e a comunhão.

---

<sup>44</sup> GODBOUT, *op. cit.*, p. 186.

<sup>45</sup> *Idem*, p. 111.

Ninguém tem a liberdade de recusar um presente oferecido. Todos homens e mulheres tentam ultrapassar-se uns aos outros em generosidade. Havia uma espécie de rivalidade entre quem podia dar a maior quantidade de objetos possíveis do maior valor possível<sup>46</sup>.

Os presentes selam a amizade, selam o casamento, formam um parentesco. Na verdade, estão em vista do vínculo a ser criado, reafirmado ou aprofundado.

### 3.3.1 *O espírito da coisa dada no potlatch e a obrigação de dar*

*Potlatch*, no sentido amplo, é considerado um complexo de atividades, inclusive festas, danças, representações dramáticas, proclamações públicas, o empréstimo, a doação e a distribuição de propriedade entre as tribos indígenas, que habitavam a costa noroeste da América do Norte, desde o estado de Washington até ao Alasca meridional. A essência, o clímax das atividades, era a distribuição de bens reunidos pelo anfitrião para as visitas de estrangeiros aliados. O potlatch exige reciprocidade: o convidado de hoje atuaria como anfitrião mais tarde. O presenteado sentia-se na obrigação de retribuir, no mínimo, com o equivalente aos bens que recebera anteriormente<sup>47</sup>.

O *potlatch* é movido pelas noções de crédito e de honra. Aliás, essas duas noções são comuns a todos os sistemas de dívida. O dom não pode reduzir-se à equivalência e à ausência de dívida. Retribuir imediatamente um presente é recusar o peso da dívida, é tentar fugir da obrigação pelo medo (receio) de não poder retribuir futuramente. Por outro lado, a noção de honra visa valorizar o nome, a fama, o poder. “Trata-se de um jogo do tipo

---

<sup>46</sup> *Idem*, p. 86.

<sup>47</sup> SILVA, B. *Dicionário de Ciências Sociais*. 2. ed. FGV- RJ, p. 949.

quem ganha perde, onde é considerado ganhador aquele que se mostrou mais generoso”<sup>48</sup>. Ou seja, aquele que materialmente perde mais.

Essas trocas são livres, voluntárias, mas, no fundo, são rigorosamente obrigatórias. Quem as romper poderá ter a pena de guerra pública ou privada. A rivalidade é uma extensão à noção de honra. “Em certos *potlatches*, observa Mauss, deve-se gastar tudo o que se possui e nada guardar; ganha quem for o mais rico e o mais loucamente gastador”<sup>49</sup>. É interessante observar que nos banquetes, nas diversas festas, há um certo esbanjamento. Cada um quer fazer uma festa melhor que a do vizinho. Há uma rivalidade em dar, em fazer o melhor, o mais bonito. No fundo, é uma questão de honra onde são ultrapassados todos os limites. Consistindo num festejo religioso de homenagem, o *potlatch* geralmente envolve um banquete de carne de foga ou salmão, seguido por uma renúncia a todos os bens materiais acumulados pelo homenageado – bens que devem ser entregues a parentes e amigos. As expectativas do homenageado são receber presentes, uma vez que outrora também deu presentes.

Algumas tribos praticam a cerimônia ainda hoje, e os presentes incluem dinheiro, taças, copos, mantas, etc.

### 3.3.2 *O espírito da coisa dada no kula que cria o círculo*

O *kula* é praticado pelos habitantes das ilhas de Trobriand e seus vizinhos, que moram nas ilhas Massim, no Noroeste da Nova Guiné. É uma instituição de troca recíproca em que parceiros permanentes dão e recebem objetos de valor socialmente reconhecido e que só podem ser trocados um pelo outro<sup>50</sup>.

---

<sup>48</sup> GODBOUT, *op. cit.*, p. 126.

<sup>49</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 127.

<sup>50</sup> SILVA, B. *Dicionário de Ciências Sociais*. 2. ed. FGV- RJ, p. 668.

O *kula* é uma espécie de grande *potlatch*. A sua tradução significa círculo, o grande círculo do comércio simbólico intertribal, o círculo que interliga tribos, ilhas e regiões, “formando assim um sistema internacional de trocas de grande amplitude, círculo que é ainda maior, quando faz interseção, na sua periferia, com círculos comparáveis”<sup>51</sup>.

Também esse sistema de dádiva primitiva baseia-se nas noções de crédito e de honra. Esse sistema de dádivas trocadas invade toda a vida econômica, tribal e moral desses povos<sup>52</sup>. Porém, o *kula* distingue-se da simples troca econômica de mercadorias úteis que é denominado de *gimwali*. Afirma-se que “um indivíduo que não conduz o *kula* com a grandeza de alma necessária, que ele o conduz como um *gimwali*”<sup>53</sup>, como uma mera troca de mercadorias. É a partir do *kula* que tudo ganha sentido e vale a pena viver. Pela troca *kula* é que se criam novos vínculos, que se fazem os novos amigos e alcança-se a fama. O *kula* é um instrumento, um círculo em torno do qual se tecem as redes de relações entre os indivíduos, grupos e tribos<sup>54</sup>.

O *kula*, como o *potlatch* do noroeste americano, “consiste em dar, da parte de uns, e em receber, da parte de outros, sendo os donatários de um dia os doadores da vez seguinte”<sup>55</sup>. O presente oferecido que é aceito mostra que o donatário está disposto a entrar no jogo ou pelo menos a permanecer nele. A vida social, nessas sociedades, é um constante dar e tomar. Ela é como que atravessada por uma contínua relação, em todos os sentidos, por “dádivas dadas, recebidas, retribuídas, obrigatoriamente e por interesse, por grandeza e por serviços, em desafios e em apostas”<sup>56</sup>. Muitas vezes, o dom, os presentes visam a concorrência, a rivali-

---

<sup>51</sup> GODBOUT, *op. cit.*, p. 128.

<sup>52</sup> MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva*, p. 96.

<sup>53</sup> *Idem*, p. 89.

<sup>54</sup> GODBOUT, *op. cit.*, p. 130.

<sup>55</sup> MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva*, p. 89.

<sup>56</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 96.

dade, o esbanjamento, a ostentação, a busca de grandeza, de reconhecimento e do interesse.

### 3.3.3 *A doutrina polinésia do mana e a obrigação de retribuir*

A Polinésia interessa especialmente a Marcel Mauss por causa da noção de *mana*, através do qual começa seu estudo sobre a obrigação de retribuir. Mauss inicia a análise da Polinésia por Samoa, salientando a presença de uma classificação de bens e pessoas em: *tonga* (feminino), *oloa* (masculino) inalienável e autóctone (estrangeiro). No noroeste americano como na Melanésia as relações sociais são um constante dar e receber. É um sistema de dádivas trocadas, que circulam, com a certeza de que serão retribuídas pelo valor que a coisa dada tem em si. Mauss conclui que o presente recebido e trocado cria uma obrigação e que essa coisa recebida não é inerte.

Se damos as coisas e se as retribuímos é porque nos damos e nos retribuímos. (...) Mas também é que damos a nós mesmos ao darmos aos outros, e se damos a nós mesmos, é porque devemos a nós mesmos – nós e o nosso bem – aos outros<sup>57</sup>.

Dessa forma, podemos dizer que a coisa recebida e dada não é inerte. Há uma força, há um poder espiritual que obriga a retribuir. “Mesmo abandonada pelo doador, ela é ainda qualquer coisa dele”<sup>58</sup>. Apresentar qualquer coisa a alguém é apresentar qualquer coisa de si. Aceitar um presente, aceitar qualquer coisa de alguém é aceitar qualquer coisa da sua essência espiritual, da sua alma. “Enfim, essa coisa dada não é uma coisa inerte”<sup>59</sup>. E

---

<sup>57</sup> *Idem*, p. 115.

<sup>58</sup> *Idem*, p. 67.

<sup>59</sup> *Idem*, p. 68.

ainda hoje podemos dizer que persistem estas formas de relacionamento!

#### **4 Ensaio sobre o paradigma do dom em movimentos sociais**

Aos olhos da modernidade, o dom não goza de muita popularidade, principalmente quando reduzido ao engajamento voluntário, pois lembra a caridade. Para sobreviver, para escapar da lógica do mercado e do Estado, no mundo atual, criaram-se cooperativas sociais, associações e um conjunto de atividades coletivas com fins não-lucrativos. Essas inovações estão baseadas na solidariedade e se movem no registro do dom e são alternativas à doutrina do Estado e mercado<sup>60</sup>. Essas inovações fundamentam-se no dom caritativo e mostram que a sociedade possui a capacidade de gerar respostas alternativas à ordem existente, que atenuam ou se contrapõem às dinâmicas de exclusão. São formas de hospitalidade, de acolhimento, de ajuda àqueles que se encontram excluídos pelos paradigmas do mercado e do Estado. A seguir, analisaremos a Economia Solidária, a Pastoral da Criança e os Alcoólicos Anônimos como extensões do paradigma do dom.

##### 4. 1 A outra economia

Se, o binômio mercado-Estado é aparentemente inabalável, surgem, por outro lado, alternativas que procuram responder às necessidades do ser humano. Os diversos nomes e conceitos atribuídos à economia solidária designam os diferentes aspectos que ela aborda e alcança. Em *A outra economia*, Antônio Cattani<sup>61</sup> coletou 41 verbetes que se relacionam e englobam a alterna-

---

<sup>60</sup> CAILLÉ, A. *Antropologia do dom*, p. 141.

<sup>61</sup> Professor Titular do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS. Pesquisador CNPq. Autor e organiza-



tiva à sociedade capitalista, às práticas excludentes. Cattani afirma que a *outra economia* é plural. No entanto, os termos cooperação, solidariedade, compromisso com a vida, com a natureza, com o pacifismo e a justiça social, são os móveis para o encontro dessa pluralidade e a crença de que um “mundo melhor é possível”<sup>62</sup>. A *outra economia* é regida pelos princípios da solidariedade, da inclusão e da emancipação social e está alicerçada na teoria da dádiva.

A economia solidária não visa competir com a economia do mercado capitalista, da distribuição de renda. Falar de economia solidária é falar dos que são excluídos do processo de desenvolvimento de tecnologias, dos que não têm saúde, habitação, educação, emprego..., etc. É falar dos que têm baixo salário e buscam por conta própria (individual ou associativa) a complementação de sua renda no “desafio de inventar qualquer atividade para sobreviver”<sup>63</sup>. E, se essa economia deseja ser solidária, ela não deverá ser paternalista e filantrópica, mas, uma solidariedade que estabelece “relações sociais calcadas nos valores de comensalidade, reciprocidade e cooperação”<sup>64</sup>. Deverá ter comprometimento com o trabalho coletivo, cooperativismo, um comprometimento comunitário que passa por uma nova ética nas relações humanas, nova ética nas relações de trabalho, econômicas e comerciais.

A economia solidária não visa só criar novos empregos, mas reintegrar trabalhadores (as) ao mercado formal de trabalho, incentivar empreendimentos populares e solidários. Se fizesse disso seu objetivo central, ela estaria competindo com a economia do mercado capitalista, ou seja, o objetivo não é tentar de-

---

dor, entre outros, dos livros *Trabalho e autonomia* (Vozes 2000), *Fórum Social Mundial: a construção de um mundo melhor* (2001). Veja mais:

CATTANI, A. D. *A outra economia*, p. 298.

<sup>62</sup> CATTANI, A. D. *A outra economia*, p. 14.

<sup>63</sup> *Idem*, p. 102.

<sup>64</sup> *Idem*, p. 101.

mocratizar a economia capitalista ou a forma de gestão dos empreendimentos, mas mudar seus fundamentos. Não atinge só o restrito campo da economia, mas todos os espaços da vida. Cria uma nova racionalidade, uma nova forma de ver o mundo, a vida, o social, o humano<sup>65</sup>. Enfim, tem no seu centro a pessoa e suas relações envolvidas em solidariedade, transformando os objetos da economia em meios para esse fim. É a lógica dos dons e alianças.

Assim, é verdade dizer que a economia solidária é um poderoso instrumento no combate à exclusão e revela ser uma alternativa forte para um fundamento de uma nova globalização, além de valorizar o trabalho, o saber e a criatividade humana e não o capital-dinheiro e as propriedades. Ela visa organizar a produção e a reprodução da sociedade para eliminar as desigualdades materiais. Visa um desenvolvimento socioeconômico humano, racional, de forma cooperativa e solidária. Ela é um lugar diferente, no mundo moderno, um lugar onde há igualdade de direitos de todos os membros, um lugar onde há o poder compartilhado, que se expressa nas quatro características acima citadas.

#### 4.2 Pastoral da Criança

A Pastoral da Criança é apontada como uma das mais importantes organizações comunitárias em todo o mundo a trabalhar nas áreas da saúde, nutrição e educação da criança, desde o ventre materno, até aos seis anos de vida, e de prevenção da violência, no ambiente familiar, envolvendo necessariamente as famílias e comunidades. Poderíamos perguntar: por que ajudar a salvar milhares de crianças que morrem de doenças facilmente preveníveis, como, por exemplo, a desidratação? A resposta só poderá ser a solidariedade humana, a fraternidade, sustentada por uma rede de voluntários e fundamentada no paradigma do dom.

---

<sup>65</sup> *Idem*, n. 30.

A ação também se apóia na dádiva e na gratuidade, no fazer o bem aos outros, livre e obrigatoriamente, interessado e desinteressado. A Pastoral da Criança só subsiste, se reconhece em si mesma um conjunto de móveis complexos, que impelem para a dádiva e para o investimento livre em redes de obrigações, e não apenas por interesse individual isolado ou por obrigação estatal.

Dessa forma, a especificidade do dom e da sua ação é a mistura dos elementos. Não é que há um desprezo do interesse, da obrigação, da liberdade e da reciprocidade. Mas o dom mescla todos esses elementos e fornece-nos uma nova ação oposta, é claro, ao mercado e ao Estado. Envolvendo famílias e comunidades, cria uma rede de relações solidárias, de alianças populares entre voluntários e comunidades, através das “coisas” da saúde.

#### 4.3 Alcoólicos Anônimos

Outra forma de solidariedade e de alianças, na modernidade, é o grupo de AA. Fundado nos EUA em 1955, conta atualmente com cerca de 2 milhões de membros no mundo e com uma organização estruturada no anonimato, na gratuidade, na liberdade de sair, entrar e trocar de grupo. Eles ultrapassam o paradigma individualista e holista, que são o mercado e o Estado, respectivamente. Seu fundamento e suas motivações residem nas formas de associação entre as pessoas. Esse grupo tem uma estrutura de sociabilidade que propicia a auto-ajuda e o enfrentamento do alcoolismo, através de estrutura das redes sociais de ajuda mútua, bem como da solidariedade. Insere-se nas discussões sobre os sistemas de reciprocidade e vai ao encontro da teoria da dádiva como uma terceira via de análise, que não se rende nem ao individualismo metodológico nem ao holismo.

Os grupos de ajuda visam mais à solução de um problema do que ao prazer do vínculo. Mas pelo fato de se criar um vínculo é que está a possibilidade da cura e a solução dos problemas. Para muitos, pelo fato de ajudarem os outros, é possível encontrar uma solução para os seus problemas. Vejamos como sua estrutura está ligada à lógica do dom: “Ora, não pode persistir nenhuma dúvida a respeito dos AA: trata-se de um sistema de dádiva, tanto na filosofia dos grupos quanto no seu modo de funcionamento”<sup>66</sup>.

Nos grupos de ajuda, cria-se um sistema de dádiva entre aquele a quem oferece ou presta o serviço e quem o recebe. O motor e o princípio da ação existente entre os membros e a pessoa ajudada é o vínculo. Nisso se distingue do mundo moderno que chamaria esse tipo de relação de clientes. Na rede de relações, existe a ajuda mútua, a interação que faz com que se entenda o problema do outro, quando se afirma: “Somos como eles” ou “sou único para eles e eles para comigo”. “Na perspectiva da dádiva, pode-se imaginar a sociedade como uma rede constituída da soma das relações únicas que cada membro mantém com os outros”<sup>67</sup>.

O motivo do engajamento na ação voluntária “eu devo muito a ele” ou de quem recebemos muito desejamos retribuir um pouco daquilo que recebemos. Os voluntários sentem-se livres e, ao mesmo tempo, obrigados a retribuir e sentem prazer em realizar tais ações. Essas pessoas encontram no trabalho voluntário o seu prazer e retiram disso mais do que dão. A prova disso é “recebo tanto das pessoas que ajudo que o grande beneficiado sou eu”.

A filosofia dos AA e seu funcionamento colocam em operação a tríade dar / receber / retribuir e fazem circular a sobriedade como um valor. Se o álcool, de certa maneira, é, inicial-

---

<sup>66</sup> GODBOUT, *op. cit.*, p. 86.

<sup>67</sup> *Idem, op. cit.*, p. 90.

mente, um agente produtor de sociabilidade – um dos significados da bebida, em nossa sociedade, e ao qual se atribui um valor positivo, é seu potencial de reunião, encontro e troca – ele se torna, para uma parcela da população, um agente de dissociação, um fator que gera rupturas no campo das relações sociais, na família e no trabalho, que produzem adesão, confiança, reciprocidade e solidariedade nesses grupos. Enfim, é a dádiva da sobriedade, isto é, a ajuda mútua nos grupos de alcoólicos.

### **Concluindo**

A teologia da graça expressou, na tradição cristã, a experiência da salvação por graça, dispensando outras formas de busca de salvação. Mas os processos de objetivação e de secularização cavaram cada vez mais uma distância entre a experiência antropológico-social e a doutrina da Igreja. Como apresentamos, dois paradigmas se debateram e ainda se debatem em conflito dentro de um marco dualista e dialético, incidindo, inclusive, na busca de sentido e realização humana, ocupando, assim, na experiência, o lugar da salvação por graça. Esses paradigmas são o mercado e o individualismo, por um lado, e o Estado e o coletivismo, por outro. Conforme esses modelos, fora da conjunção de mercado-Estado, e fora da auto-realização da individualidade, não há salvação. Para a teologia da graça, as investigações desse movimento permitem revitalização e uma nova integração interdisciplinar entre a experiência antropológica do dom em movimentos e relações sociais e a doutrina da salvação por graça.

A ação de Deus não violenta a liberdade humana, mas convida-a para a resposta de amor. Deus quer estabelecer uma constante aliança com o ser humano. E a aliança, o laço, o vínculo é abertura ao outro caracterizada pela liberdade. Mas, por outro lado, precisa constantemente ser renovada, caso contrário cai na monotonia e quebra, conseqüentemente, o círculo, a dádiva. Só compreende a graça quem ultrapassar o espírito do mundo ci-

entífico, calculista, exato, e a mentalidade meritória, e quem abstrair das relações mercado-Estado e der lugar à razão, à lógica do dom, à lógica do amor, da bondade, da aliança, da presença do mistério trinitário.

## Referências

- BÍBLIA SAGRADA. Ed. Pastoral. Paulinas: São Paulo, 1990.
- BOFF, L. *A graça libertadora no mundo*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
- BRUNELLI, D. *Economia Solidária. Uma proposta para o testemunho da Vida Consagrada*. Porto Alegre, agosto de 05 (Texto inédito).
- CAILLÉ, A. *Antropologia do dom. O Terceiro Paradigma*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- DECLARAÇÃO Conjunta Sobre a Doutrina da Justificação. São Leopoldo/São Paulo/Brasília: Sinodal, Paulinas, Conic, 1999.
- DECRETO Sobre a Justificação do Concílio de Trento.
- GODBOUT, J. T. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- MARTINS, P. H. (Org.). *A dádiva entre os modernos*. Discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 1950.
- \_\_\_\_\_. *Ensaio de sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Manual de etnografia*. Lisboa: Dom Quixote, 1993.
- MOESCH, O. Reflexões sobre a doutrina da justificação. *Teocomunicação* v.30, n.128, jun 2000, p. 179-215.
- OLIVEIRA, R. C. de (Org.), *Marcel Mauss: antropologia*. São Paulo: Ática, 1979.
- RUIZ DE LA PEÑA, J.L. *O dom de Deus - antropologia teológica*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Criação, graça e salvação*. São Paulo: Loyola, 1998.
- SILVA, B. *Dicionário de Ciências Sociais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas 1987.
- SUSIN, L.C. Espírito Santo e graça santificante. In HACKMANN G.L. *O Espírito Santo e a teologia hoje*. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A Criação de Deus*. São Paulo: Paulinas, 2003.
- TAMEZ, E. *Contra toda condenação – a justificação pela fé, partindo dos excluídos*. São Paulo: Paulus, 1995.
- TORRES QUEIRUGA, A. *Recuperar a salvação. Por uma interpretação libertadora da experiência cristã*. São Paulo: Paulus, 1999.